

TAXAS DE JURO E A ESTRUTURA DE UM SISTEMA DE BANCOS COMERCIAIS EM CONDIÇÕES INFLACIONÁRIAS

O CASO DO BRASIL

1. Introdução. 2. A Expansão dos Bancos Comerciais no Brasil. 3. Estudo de uma Amostra dos Bancos Comerciais no Brasil. 4 Sumário dos Resultados 5. Conclusões.

LEIF E. CHRISTOFFERSEN

I. INTRODUÇÃO

Em países em desenvolvimento, com problemas inflacionários, frequentemente se podem encontrar fontes institucionais de fundos para empréstimos que fornecem crédito nos mercados financeiros a taxas de juro real negativas¹. Este fenómeno parece ser inconsistente com o que é uma característica básica da maioria dos países nos estágios iniciais de desenvolvimento económico, isto é, que o capital é um fator escasso. Por essa razão, seria de se esperar, supondo-se rendimentos marginais do capital positivos, que aqueles que desejassem empregar este fator teriam que pagar um preço relativamente alto e — certamente positivo — por esse privilégio. Assim, taxas de juro real positivas e possivelmente elevadas, de empréstimos, são geralmente consideradas essenciais para a eficiente utilização de recursos em uma economia em desenvolvimento.

Taxas de juros positivas podem ser também consideradas essenciais para o suprimento de fundos aos mercados financeiros privados. Entre-

¹ O custo do capital em termos nominais é inferior à taxa de inflação.

tanto, em diversos países subdesenvolvidos os sistemas bancários parecem ter podido existir e até proliferar apesar da existência de taxas de *juro real* negativas em suas operações de tomada ou concessão de empréstimos. O Brasil é um desses países.

Este artigo tenta analisar alguns desenvolvimentos nos mercados financeiros do Brasil no período 1951-1966, em uma tentativa de determinar as razões pelas quais os bancos comerciais aumentaram suas atividades tão rapidamente durante anos de elevada inflação². Ao mesmo tempo examinar-se-á o padrão da taxa de juro, tanto do lado da demanda como do da oferta do mercado financeiro que diz respeito aos bancos comerciais, e uma tentativa será feita para identificar os fatores que influenciaram essas taxas de juro em condições de inflação. Também se tenta expor brevemente algumas das implicações que esses desenvolvimentos do mercado financeiro possam ter sobre as políticas monetárias globais — especificamente quando um programa de estabilização é contemplado e executado pelas autoridades monetárias.

Além do mais, será feito um esforço para avaliar as modificações na eficiência institucional dos bancos comerciais no Brasil. Enquanto a eficiência dos intermediários financeiros é freqüentemente discutida em termos de quão efetivamente o crédito está sendo distribuído aos diversos setores da economia, este estudo focalizará sua atenção sobre uma outra avaliação econômica de um intermediário financeiro. Ele se propõe medir os recursos que um intermediário absorve ao executar suas funções como uma instituição financeira. Portanto, ele procura avaliar o custo econômico da intermediação financeira³.

Um mercado financeiro pode exercer um papel importante no processo de desenvolvimento. Pode estimular poupanças privadas — oferecendo combinações de liquidez, segurança e rendimento que são preferidas a um maior consumo ou investimento em ativos físicos. Ele também pode facilitar um aumento nos investimentos reais com elevados rendimentos através da canalização de recursos adicionais para investidores que de outra

² Durante 1951-56 os aumentos nos níveis gerais de preços foram da ordem de 15-25 por cento ao ano. Medidas de estabilização em 1957 reduziram temporariamente esse ritmo, porém nos três anos seguintes (1958-60) a inflação anual foi da ordem de 30-35 por cento. Subseqüentemente houve um período com rápidas altas de preços, que culminaram em 1963-64 com uma inflação de mais de 80 por cento ao ano. As políticas anti-inflacionárias reduziram as altas de preços a cerca de 40 por cento ao ano em 1965 e 1966.

³ GURLEY e SHAW usaram este conceito em sua discussão da técnica da poupança financeira e sua importância no desenvolvimento econômico. Veja-se J. G. GURLEY e E. S. SHAW, *Financial Structure and Economic Development*, artigo em *Economic Development and Cultural Change*, abril 1967, e J. G. GURLEY, *Financial Structures in Developing Economics* (documento apresentado na Third Rehorothe Conference, Jerusalém, agosto 1965).

maneira não poderiam explorar essas oportunidades. Daí, êle poderá ser a causa de um nível mais elevado de poupanças privadas e de um mais alto nível de crescimento econômico. Dessa maneira, o sistema financeiro contribui para uma melhor divisão do trabalho entre os que poupam e os que investem.

A eficiência com que os bancos comerciais exercem essa função de intermediário pode ser medida pela diferença no custo médio de tomar empréstimos e o rendimento médio dos depositantes. Essa diferença deve reduzir-se à medida que os intermediários se tornem mais eficientes. A conclusão principal do presente estudo é que os custos dos bancos comerciais no Brasil têm crescido mais rapidamente do que os custos em geral, na economia brasileira (afetando talvez, dessa maneira, o seu papel de intermediários financeiros) e que sua estrutura de custo pode ter-se tornado um empecilho importante ao sucesso das medidas antiinflacionárias.

No Brasil, conforme veremos abaixo, a Lei da Usura, que limita tôdas as taxas de juros legais a um máximo de 12% ao ano, não tem evitado que os bancos comerciais acrescentem diversas comissões, emolumentos, taxas de serviços, etc. à taxa-teto. Assim, os bancos têm *de facto* aumentado as taxas nominais efetivas sôbre os empréstimos para corresponder a condições de mercado menos restritas. Neste artigo, sempre que os termos *custo efetivo do crédito* ou *taxas de juro efetivas* são usadas, elas significam que se incluem taxas de juros nominais mais comissões, emolumentos e outras taxas de serviço relativas às operações bancárias de concessão e tomada de empréstimos.

II. A EXPANSÃO DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

O Brasil tem uma extensiva rede bancária. O aumento no número de unidades bancárias se deu principalmente nas duas décadas. Em 1951, por exemplo, havia 4.038 agências bancárias no Brasil, e no fim de 1966, 7.567. Esse último número representa pouco menos de uma agência por 10.000 habitantes. Essa relação é cerca de 50% mais elevada do que a encontrada em certos países desenvolvidos (*e.g.* França e Noruega) e cerca de três vezes do México.

A maior parte das agências bancárias está localizada nos Estados industrializados de São Paulo, Minas Gerais e Guanabara. Em conjunto êsses três Estados tinham mais da metade (56%) de todos os estabelecimentos bancários em 1966. Só o Estado de São Paulo tinha cerca de 35% do total.

Entretanto, a expansão ocorrida desde 1950 não é o resultado de uma proliferação de novos bancos, mas de agências bancárias. A Tabela I mostra que o número de agências bancárias cresceu de 4.038 em 1951 a 7.567 em 1966, enquanto que o número de bancos gradualmente decresceu durante o período, de 404 em 1951 a 297 em 1966. Conforme indica a última coluna, a expansão de agências foi especialmente rápida em 1957, durante o período 1961-63 e, novamente, em 1965.

TABELA I
BRASIL — EXPANSÃO DO SISTEMA BANCÁRIO 1951-1966

ANO	Número de Bancos	Número de Unidades Bancárias ¹	Aumentos durante o ano
1951.....	404	4.038	—
1952.....	404	4.038	—
1953.....	404	4.358	320
1954.....	398	4.528	170
1955.....	366	4.038	490
1956.....	360	4.257	219
1957.....	357	4.628	371
1958.....	345	4.857	229
1959.....	343	4.135	278
1960.....	352	5.270	135
1961.....	342	5.629	359
1962.....	336	6.168	539
1963.....	327	6.545	377
1964.....	328	6.826	281
1965.....	323	7.283	457
1966.....	297	7.567	284

1. Matriz e filiais, incluindo pequenos bancos (casas bancárias) e filiais de bancos estrangeiros.

FONTE: 1951-55 — *Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais*, EPEA, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1966.

1966 — Relatório Anual, Banco do Brasil, 1966.

Apesar dessa expansão da rede de agências, os depósitos dos bancos comerciais não cresceram em relação ao produto nacional bruto (Tabela II). Na verdade, durante os últimos quinze anos esta relação foi extremamente estável. Entre 1951 e 1956 houve, anualmente, um pequeno decréscimo anual; daquela data até 1963 poucas variações ocorreram, ao passo que nos últimos três anos as flutuações foram bastante amplas. O ponto mínimo em 1964 só havia sido atingido em 1956 e ambos foram anos com altas taxas de inflação.

Simultaneamente, a relação moeda em circulação/PIB caiu bastante. Isso implica que a relação moeda em circulação/depósitos a vista também

TABELA 2

BRASIL — DEPÓSITOS DE BANCOS COMERCIAIS E PAPEL MOEDA
EM CIRCULAÇÃO RELATIVO AO PIB 1951-1966

(Em Milhares NCr\$)

ANO	Bancos Comerciais em Depósitos (d) ¹	Papel Moeda em Circulação (c)	Produto Interno Bruto Preços de Mercado	Relação (d)/PIB	Relação (c)/PIB
1951.....	69,1	28,4	306,1	,23	,093
1952.....	77,2	31,5	352,1	,22	,089
1953.....	89,0	37,9	430,7	,21	,088
1954.....	105,3	49,0	558,2	,19	,088
1955.....	122,1	57,1	695,1	,18	,082
1956.....	147,7	67,5	887,2	,17	,076
1957.....	200,3	81,3	1.059,8	,19	,077
1958.....	241,8	99,7	1.313,6	,18	,076
1959.....	351,7	127,1	1.806,0	,19	,070
1960.....	485,6	169,3	2.418,8	,20	,070
1961.....	665,9	255,8	3.498,6	,19	,073
1962.....	1.094,0	396,7	5.498,0	,20	,072
1963.....	1.793,3	683,8	9.591,0	,19	,071
1964.....	3.217,9	1.155,8	18.867,3	,17	,061
1965.....	6.041,4	1.729,9	30.796,5	,20	,056
1966.....	7.068,9	2.343,2	44.369,1*	,16	,053

1. Inclui depósitos a vista e a prazo fixo.

*Estimativa.

FONTE: *Relatório Anual do Banco Central do Brasil*.Fundação Getúlio Vargas, *Conias Nacionais do Brasil*, julho 1967.

declinou no mesmo período. Os bancos conseguiram alguma proteção, de vez que a relutância do público em reter ativos financeiros foi efetuada através de uma preferência decrescente por moeda em vez de uma falta de vontade de manter depósitos a vista ⁴. Este comportamento não pode ser bem explicado, mas sem dúvida, em larga medida ele foi devido a três fatores: em primeiro lugar, com a rápida expansão do sistema bancário os depósitos a vista passaram a ser um meio de pagamento muito conveniente (e talvez mais seguro); em segundo lugar, um deslocamento da moeda para os depósitos a vista pode ser considerado um desenvolvimento normal em uma economia em crescimento rápido; em terceiro lugar, parecia haver um certo volume de liquidez que as empresas achavam necessário manter sob a forma de ativos bancários líquidos para suas

⁴ Um comportamento semelhante na relação moeda/depósitos a vista pode ser observado nos Estados Unidos no fim da década de 20 e também durante os anos após a Segunda Guerra Mundial, quando a pressão inflacionária foi forte.

necessidades de transação, e que, portanto, eram inelásticos mesmo em relação às elevadas taxas reais negativas de juro.

Para os empréstimos bancários era evidente uma tendência em direção à restrição de créditos que não fôsem a prazo muito curto e também para emprestar para transações menos arriscadas, tais como, desconto de títulos comerciais. As operações de desconto tornaram-se mais importantes, em parte porque tinham a vantagem durante os períodos inflacionários de só mostrarem as taxas de juros implicitamente no preço do desconto oferecido por esses títulos ⁵.

III. ESTUDO DE UMA AMOSTRA DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL

Um estudo desse crescimento fenomenal do número de agências bancárias no Brasil e as modificações no seu padrão de operações desde o início da década dos 50, levou a interessantes observações sobre as relações entre as taxas de juros e os custos bancários em condições de inflação. Foi realizado um estudo por amostragem com base nos balanços e nas contas de lucros e perdas semi-anuais de 21 bancos comerciais no período 1951-66. Esses bancos foram selecionados ao acaso, do número total de bancos inteiramente privados, mas de uma maneira tal que sete constituíram uma amostra dos bancos grandes, outros sete representaram bancos de tamanho médio e os últimos sete foram selecionados dentre os bancos pequenos ⁶. Bancos de propriedade do Governo foram excluídos do estudo a fim de se poder comparar bancos que prestam serviços mais ou menos semelhantes. A maioria dos bancos empresta para atividades exclusivamente urbanas (industriais ou comerciais), embora alguns também se engajem em operações rurais. Os bancos selecionados representam um pouco mais de 8% do número total dos estabelecimentos bancários no Brasil.

Entretanto, eles receberam NCr\$ 1.430 milhões, em um total de NCr\$ 5.528 milhões de todos os depósitos em 30 de abril de 1966 (*i.e.* 26%).

Os dados bancários no Brasil devem ser interpretados com a devida cautela para certas incertezas estatísticas. Primeiramente, como já se mencionou, as taxas de juros efetivos devem levar em conta, obviamente, as

⁵ Conforme já foi mencionado, a Lei da Usura proibia taxas de juros acima de 12 por cento para empréstimos, mas não era aplicada em relação aos descontos.

⁶ As categorias *grande*, *médio* e *pequeno* são usadas aqui para exprimir bancos privados que em abril de 1966 tinham depósitos: a) acima de NCr\$ 100 milhões; b) entre NCr\$ 100 e 10 milhões e c) menos de NCr\$ 10 milhões.

comissões ou os emolumentos que são cobrados além dos pagamentos formais de juros. Esses acréscimos são substanciais, em parte devido ao teto legal máximo imposto às taxas de juros. Em períodos de inflação rápida, a renda proveniente das comissões pode ser até mais importante do que a de juros, de vez que ao ajustarem as comissões e emolumentos os bancos podem evitar a infração à lei. Em segundo lugar, existe alguma razão para se acreditar que os níveis reais da taxa de juros sobre empréstimos são mais elevadas do que as calculadas a partir das contas bancárias publicadas, uma vez que os emolumentos e as comissões são às vezes cobradas sobre empréstimos bancários em acréscimo do que é estipulado nas contas publicadas. Em terceiro lugar, as taxas de juros efetivas podem ser aumentadas ao se exigir dos tomadores que deixem parte do empréstimo sob a forma de um depósito que não pode ser sacado pelo tomador. Este artifício de *saldos compensatórios*⁷ não é incomum nas práticas bancárias de muitos outros países. Quando isso ocorre, o montante real do empréstimo é menor do que o montante contratado e a taxa de juro efetiva correspondentemente mais alta. Na verdade, no que diz respeito às taxas de empréstimo as conclusões são subestimadas em consequência dessas deficiências no material estatístico usado. Essas qualificações não alteram significativamente a análise e as conclusões do estudo.

As Tabelas III e IV mostram os resultados da primeira parte estatística do estudo. Nelas os itens de custo nas contas semi-anuais de lucros e perdas são sumariados em quatro títulos: *despesas gerais* (que incluem itens como salários, aluguéis e outras despesas administrativas); *impostos* (pagos pelos bancos); *juros e comissões pagas* (o custo de obtenção de fundos dos depositantes e de outras instituições financeiras) e *amortização e outras* (depreciação do ativo fixo e todos os demais itens de custo). Esses elementos de custo são comparados com o saldo médio dos empréstimos a receber (empréstimos em conta corrente, empréstimos hipotecários e títulos descontados). Esses resultados são expressos em percentagens e são mostrados separadamente em cada um dos três grupos de amostra e para cada período semestral.

Um ponto bastante óbvio a ser notado na Tabela III é o aumento substancial nas despesas gerais de todos os três grupos de bancos durante o período. De cerca de 2% dos saldos semi-anuais médios em 1951, essas despesas atingiram cerca de 10-13% em 1966⁸. Este aumento nos custos

⁷ A média aritmética dos saldos no começo e dos saldos no fim de cada semestre.

⁸ Em termos anuais, as despesas administrativas em 1966 foram entre 21 e 28 por cento do saldo médio dos empréstimos a receber.

TABELA 3 — Brasil — Estrutura de Custo dos Bancos Comerciais¹
(Porcentagem da média dos empréstimos pendentes)²
Comparações Semestrais — 1951-1966

	1951		1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Grandes Bancos																
Despesas Gerais.....	2.0	2.2	2.4	2.5	2.4	2.4	2.3	2.4	2.6	2.6	2.7	3.2	3.3	3.5	3.5	3.8
Impostos.....	.2	.2	.3	.3	.2	.2	.2	.2	.2	.3	.2	.3	.3	.3	.2	.2
Juros e Comissões pagas.....	2.4	2.7	2.3	2.6	2.6	2.4	2.5	2.7	2.5	2.4	2.3	2.3	2.3	2.3	2.5	2.6
Amortizações e outros custos.....	.2	.3	.3	.3	.2	.5	.4	.2	.2	.4	.3	.3	.4	.4	.4	.2
Custos Totais.....	4.8	5.4	5.3	5.7	5.4	5.5	5.4	5.5	5.5	5.7	5.5	6.1	6.3	6.5	6.6	6.8
Média dos custos semestrais.....	5.1%		5.5%		5.5%		5.5%		5.6%		5.8%		6.4%		6.7%	
Média dos custos anuais.....	10.5%		11.3%		11.3%		11.3%		11.5%		11.9%		13.2%		13.8%	
Médios Bancos																
Despesas Gerais.....	2.6	2.7	2.7	3.1	2.7	2.9	2.8	3.1	3.1	3.5	3.3	4.0	3.8	4.2	3.9	4.5
Impostos.....	.3	.2	.5	.4	.4	.3	.4	.3	.4	.4	.4	.5	.5	.4	.5	.4
Juros e Comissões pagas.....	2.4	2.2	2.1	2.2	2.1	2.1	2.3	2.5	2.2	2.4	2.2	2.3	2.3	2.6	2.6	3.0
Amortizações e outros custos.....	.3	.4	.3	.3	.3	.4	.3	.3	.3	.4	.4	.5	.4	.5	.4	.5
Custos Totais.....	5.6	5.5	5.6	6.0	5.5	5.7	5.8	6.2	6.0	6.7	6.3	7.3	7.0	7.7	7.4	8.4
Médias dos Custos semestrais.....	5.6%		5.8%		5.6%		6.0%		6.4%		6.8%		7.4%		7.9%	
Médias dos custos anuais.....	11.5%		11.9%		11.5%		12.4%		13.2%		14.1%		15.3%		16.4%	
Pequenos Bancos																
Despesas Gerais.....	1.8	2.1	1.9	2.3	2.1	2.6	2.4	2.8	2.9	3.4	3.1	3.7	3.4	4.0	3.5	5.5
Impostos.....	.2	.3	.2	.5	.3	.4	.3	.3	.4	.8	.2	.3	.2	.4	.3	.5
Juros e Comissões pagas.....	3.4	3.0	2.9	2.8	2.8	2.9	2.9	2.9	2.7	2.8	2.7	2.5	2.6	2.4	2.7	3.9
Amortizações e outros custos.....	.5	.3	.3	.3	.1	.2	.2	.3	.4	.9	.2	.4	.2	.3	.3	.6
Custos Totais.....	5.9	5.7	5.3	5.9	5.3	6.1	5.8	6.3	6.4	7.9	6.2	6.9	6.4	7.1	6.8	10.5
Média dos custos semestrais.....	5.8%		5.6%		5.7%		6.1%		7.2%		6.6%		6.8%		8.7%	
Médias dos custos anuais.....	11.9%		11.5%		11.7%		12.6%		14.9%		13.6%		14.1%		18.2%	

¹ Baseado na análise de uma amostra de balanços e contas de lucros e perdas semestrais que englobam 21 bancos, sendo 7 grandes, 7 médios e 7 pequenos.

² Os Empréstimos incluem: empréstimos de contas correntes, hipotecas e títulos descontados. As quantias pendentes são a média dos débitos pendentes em cada período.

	1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Grandes Bancos																
Despesas Gerais.....	4.0	4.0	4.0	4.4	4.8	5.5	5.6	7.5	8.3	10.6	10.2	11.2	10.3	9.8	9.5	10.7
Impostos.....	.3	.3	.3	.3	.3	.3	.4	.3	.4	.4	.4	.5	.3	.4	.6	.5
Juros e Comissões pagas.....	2.5	2.5	2.6	2.4	2.6	2.5	2.4	2.4	2.5	2.3	2.5	2.5	2.2	2.2	1.4	1.1
Amortizações e outros custos.....	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.3	.3	.3	.2	.3	.3	.5
Custos Totais.....	7.0	7.0	7.1	7.3	7.9	8.5	8.6	10.4	11.4	13.6	13.4	14.5	13.0	12.7	11.8	12.8
Média dos custos semestrais.....	7.0%		7.2%		8.2%		9.5%		12.5%		14.0%		12.9%		12.3%	
Média dos custos anuais.....	14.5%		14.9%		17.1%		19.9%		26.6%		30.0%		27.5%		26.1%	
Médios Bancos																
Despesas Gerais.....	4.3	4.7	4.7	4.9	5.1	6.1	6.0	6.7	8.0	9.1	9.9	10.4	11.7	12.2	11.5	13.3
Impostos.....	.6	.4	.7	.5	.8	.5	.9	.5	1.0	.5	.7	.6	.8	.8	1.0	.5
Juros e Comissões pagas.....	2.3	2.6	2.4	2.5	2.5	2.8	2.6	3.0	2.8	2.9	2.8	3.0	3.1	3.1	1.9	1.7
Amortizações e outros custos.....	.5	.6	.5	.8	.7	.4	.4	.7	.8	.8	.4	1.1	1.0	1.1	1.0	1.0
Custos Totais.....	7.7	8.3	8.3	8.7	9.1	9.8	9.9	10.9	12.6	13.3	13.8	15.1	16.6	17.2	15.4	16.5
Médias dos custos semestrais.....	8.0%		8.5%		9.5%		10.4%		13.0%		14.5%		16.9%		16.0%	
Médias dos custos anuais.....	16.6%		17.7%		19.9%		21.9%		27.7%		31.1%		36.7%		35.6%	
Pequenos Bancos																
Despesas Gerais.....	3.8	3.9	4.6	4.4	4.6	5.2	5.3	6.3	7.5	9.9	9.9	11.5	11.4	13.1	10.1	11.2
Impostos.....	.4	.5	.3	.3	.4	.5	.3	.5	.5	1.1	.7	.5	.6	.9	.5	.7
Juros e Comissões pagas.....	2.7	2.5	2.9	2.9	2.8	3.0	2.9	2.8	3.1	3.1	3.2	3.4	3.0	3.0	2.1	1.6
Amortizações e outros custos.....	.2	.2	.3	.5	.2	.2	.4	.4	.6	.9	.6	.7	.8	.5	1.4	.5
Custos Totais.....	7.1	7.1	8.1	8.1	8.0	8.9	8.9	10.0	11.7	15.0	14.4	16.1	15.8	17.5	14.1	14.0
Médias dos custos semestrais.....	7.1%		8.1%		8.5%		9.5%		13.4%		15.3%		16.7%		14.1%	
Médias dos custos anuais.....	14.7%		16.9%		17.7%		19.9%		28.6%		32.9%		36.2%		30.2%	

¹ Baseado na análise de uma amostra de balanços e contas de lucros e perdas semestrais que englobam 21 bancos, sendo 7 grandes, 7 médios e 7 pequenos.

² Os empréstimos incluem: empréstimos de contas correntes, hipotecas e títulos descontados. As quantias pendentes são a média dos débitos pendentes em cada período.

operacionais tem sido principalmente o resultado de aumentos das despesas de pessoal em relação aos empréstimos a receber, causados por aumentos salariais, grandes aumentos no número de empregados etc.⁹ Esses aumentos também resultaram da rápida expansão do número de agências durante o período, quando, conforme foi anteriormente observado, houve um aumento de 80 por cento no número de estabelecimentos bancários. A concorrência entre os bancos não parece ter produzido custos unitários mais baixos, mas o contrário.

Impostos, amortização e outros custos parecem também ter aumentado durante o período, embora não tão rapidamente quanto as despesas gerais¹⁰. Os custos relativos aos pagamentos de *juros e comissões* variam entre os grupos. Até 1964, o nível das despesas desse tipo nos grandes bancos foi relativamente estável. Os bancos médios não divergiram muito desse padrão, embora um ligeiro aumento possa ser percebido na maioria desses anos, com uma alta maior quando a inflação acelerou entre 1961-64. Os bancos pequenos, por outro lado, continuamente, tiveram que incorrer em custos crescentes desse tipo, possivelmente devido à mais intensa concorrência por depósitos. Entretanto, entre 1965 e 1966 todos os três grupos decresceram fortemente essa categoria de despesa, refletindo novas regulamentações do Banco Central relativas a taxas de juro e aos limites a tais pagamentos¹¹.

Da análise da estrutura de custo dos bancos comerciais no Brasil surge o seguinte quadro: os custos totais foram bastante estáveis entre 1951 e 1954, porém subseqüentemente ocorreu um aumento contínuo que foi

⁹ Por exemplo, um dia de trabalho de dois turnos foi introduzido. Outro indicador dessa modificação pode ser visto no fato de que em 1965 cerca de 8 por cento do total de pagamentos no setor de sociedades anônimas privadas no Estado de São Paulo foram para o pessoal das instituições de crédito (*Conjuntura Econômica*, outubro 1966). Também no Estado da Guanabara, em 1964, o salário médio por empregado em instituições de crédito foi mais alto do que em qualquer outro ramo de atividade (*Conjuntura Econômica*, maio de 1966).

¹⁰ Em relação a suas operações de empréstimo, os grandes bancos parecem ter tido uma mais leve carga tributária do que os bancos médios e pequenos. Possivelmente isso pode ter sido devido às diferenças na estrutura dos ativos entre os grupos.

¹¹ Como anteriormente foi observado, os pagamentos de juros sobre depósitos foram excluídos dos depósitos não pessoais. Tetos máximos para juros e comissões sobre depósitos foram estabelecidos pela Resolução n.º 15 (28 de janeiro de 1966). Os bancos receberam muito bem essas medidas. Antes disso, eles tinham aparentemente concordado entre si em restringir a concorrência em termos de taxa de juros. Dessa maneira, os bancos podiam ficar seguros de suas fontes de fundos continuarem disponíveis a taxas de juro real negativas.

gradual até 1960, mas que se acelerou rapidamente durante o período de inflação muito elevada entre 1961 e 1964. Os três grupos da amostra exibem um padrão de custo similar durante os anos 1951-1964, mas desde 1964 surgiram algumas diferenças. Especificamente parece que os bancos grandes foram bem sucedidos em reduzir seus custos em 1965 e 1966, ao passo que os custos dos outros dois grupos continuaram a subir em 1965 e apenas em 1966 houve uma reversão da tendência.

A Tabela IV mostra a distribuição dos lucros líquidos nos três grupos da amostra. Os pagamentos de dividendos aos acionistas não mudaram muito, tanto no caso dos bancos grandes como no dos pequenos. Por outro lado, os bancos médios aumentaram esses pagamentos durante todo o período, refletindo um aumento relativo crescente de seu capital próprio em sua estrutura financeira. Nem sempre foi fácil separar a repartição de lucros com os empregados e a administração. No total, eles refletem basicamente os níveis crescentes de distribuição de lucros aos empregados, assim como o grande aumento no número dos mesmos em todo o período.

A última categoria no padrão da distribuição dos lucros mostrado na Tabela IV contém essencialmente transferências para reservas. Todos os três grupos da amostra apresentam ao todo melhorias, na capacidade de reter lucros em reservas em relação a suas operações de empréstimos. Os aumentos têm sido maiores desde 1961. Isso foi evidente não apenas quando a inflação acelerou até 1964, pois além disso todos os bancos puderam manter um aumento de reservas nos dois últimos anos (*i.e.*, após a política de estabilização ter-se tornado efetiva em 1964 e os aumentos no volume de empréstimos bancários terem sido cortados). Na verdade, os grandes bancos foram até mesmo capazes de elevar o nível de transferências para reservas em 1965-66. Isso foi em parte devido a uma mais estreita supervisão dos investimentos bancários, o que significou que de março de 1967 em diante os bancos não podiam manter investimentos em imóveis ou em títulos de sociedades anônimas além do que era considerado necessário para fins de negócio. As valorizações do capital (*capital gains*) provenientes da liquidação desses tipos de ativos, possibilitaram, portanto, maiores transferências para reservas.

Em suma, os lucros totais do sistema bancário parecem ter sido bastante estáveis durante 1951-57. Posteriormente, entretanto, os lucros em relação aos empréstimos a receber se elevaram firmemente até 1964. Nos dois últimos anos tem havido variações maiores nos níveis de lucros, mas,

TABELA 4 — Brasil — Distribuição dos lucros líquidos dos Bancos Comerciais¹
(Porcentagem sobre o Saldo Médio dos Empréstimos pendentes)
Comparação Semestral — 1951-1966

	1951		1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Grandes Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.4	.4	.5	.5	.5	.5	.4	.4	.5	.5	.4	.4	.6	.5	.5	.5
Gratificações aos empregados.....	.3	.5	.3	.3	.3	.5	.4	.5	.5	.5	.5	.5	.5	.3	.6	.6
Participação no lucro dos Diretores..									.1	.1	.1	.1	.1	.1	.1	.1
Reservas e Outros.....	1.1	1.1	1.0	1.0	.7	.7	.7	.9	.7	1.0	1.0	1.1	.6	.7	.7	.9
Total.....	2.1	2.3	1.8	1.8	1.5	1.7	1.5	1.8	1.7	2.1	2.0	2.1	1.8	1.9	1.9	2.1
Média Semestral de Rendimentos.....	2.2		1.8		1.6		1.7		1.9		2.1		1.9		2.0	
Média Anual de Rendimentos.....	4.1		3.6		3.2		3.4		3.8		4.2		3.8		4.0	
<i>Médios Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.5	.5	.6	.7	.7	.7	.7	.6	.7	.7	.6	.6	.7	.7	.7	.7
Gratificações aos empregados.....	.2	.2	.2	.2	.2	.3	.3	.2	.3	.2	.3	.2	.3	.3	.4	.4
Participação no lucro dos Diretores..	.2	.2	.1	.2	.2	.2	.2	.3	.2	.2	.3	.3	.3	.3	.2	.2
Reservas e outros.....	1.6	1.6	1.3	1.2	1.2	1.2	.9	1.1	1.1	1.2	1.4	1.3	1.2	1.2	1.7	1.7
Total.....	2.5	2.5	2.2	2.3	2.3	2.4	2.1	2.2	2.3	2.3	2.6	2.4	2.5	2.5	3.0	3.0
Média Semestral de Rendimento..	2.5		2.3		2.4		2.2		2.3		3.5		2.5		3.0	
Média Anual de Rendimentos.....	5.1		4.7		4.9		4.4		4.7		5.1		5.1		6.1	
<i>Pequenos Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.5	.7	.5	.6	.5	.8	.6	.6	.5	.7	.6	.7	.5	.7	.6	.4
Gratificações aos empregados.....	.1	.1	.1	.2	.2	.2	.2	.3	.2	.3	.2	.4	.3	.3	.3	.5
Participação no lucro dos Diretores..	.1	.1	.1	.2	.1	.2	.1	.2	.1	.1	.1	.2	.1	.2	.2	.4
Reservas e outros.....	1.6	1.8	1.0	1.2	.9	.9	.9	.8	.8	.9	1.1	1.4	1.0	.9	1.0	2.3
Total.....	2.3	2.7	1.7	2.2	1.7	2.1	1.8	1.9	1.6	2.0	2.0	2.7	1.9	2.1	2.1	4.2
Média Semestral de Rendimentos..	2.5		2.0		1.9		1.9		1.8		2.4		2.0		3.1	
Média Anual de Rendimentos.....	5.1		4.0		3.8		3.8		3.6		4.9		4.0		6.3	

¹ Baseado numa amostra consistente de balanços e contas de lucros e perdas semestrais de 21 bancos, sendo 7 grandes, 7 médios e 7 pequenos.

² Os empréstimos incluem: empréstimos em contas correntes, hipotecas e títulos descontados. As quantias pendentes são a média dos débitos pendentes em cada período.

	1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
<i>Grandes Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.5	.4	.5	.5	.7	.5	.5	.5	.5	.5	.4	.4	.6	.6	.5	.5
Gratificações aos empregados.....	.6	.7	.6	.7	.6	.8	.9	1.1	1.2	1.4	1.7	1.7	1.6	1.5	1.2	1.3
Participação no lucro dos Diretores..	.1	.1	.1	.2	.1	.2	.1	.2	.1	.2	.1	.2	.1	.2	.1	.2
Reservas e outros.....	.8	1.4	1.3	1.6	1.0	2.1	1.5	1.9	.9	2.3	2.7	3.5	2.8	3.8	2.8	5.5
Total.....	2.0	2.6	2.5	3.0	2.4	3.6	3.0	3.7	2.6	4.2	4.8	5.6	5.0	5.9	4.5	7.3
Média Semestral de Rendimentos..	2.3		2.8		3.0		3.4		3.4		5.2		5.5		5.9	
Média Anual de Rendimentos.....	4.7		5.7		6.1		6.9		6.9		10.7		11.3		12.1	
<i>Médios Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.7	.7	.7	.7	.6	.6	.7	.8	.7	.7	.8	.7	1.0	.1	1.3	1.3
Gratificações aos empregados.....	.3	.4	.4	.6	.5	.6	.6	.7	.7	.7	1.2	.9	1.0	1.1	1.0	1.5
Participação no lucro dos Diretores..	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2	.2
Reservas e outros.....	1.5	1.9	1.8	1.9	2.3	3.0	2.8	3.3	3.2	3.9	4.1	4.2	3.7	3.0	2.6	2.8
Total.....	2.7	3.2	3.1	3.4	3.6	4.4	4.3	5.0	4.6	5.3	6.1	5.8	5.7	5.2	4.9	5.6
Média Semestral de Rendimentos..	3.0		3.3		4.0		4.7		5.0		6.0		5.5		5.3	
Média Anual de Rendimentos.....	6.1		6.7		8.2		9.6		10.3		12.4		11.3		10.9	
<i>Pequenos Bancos</i>																
Dividendos aos acionistas.....	.5	.7	.6	.8	.5	.8	.6	.7	.7	.9	.6	.6	.6	.5	.7	.6
Gratificações aos empregados.....	.3	.7	.3	.8	.4	.9	.6	1.1	.9	1.1	1.3	1.5	1.2	.6	1.2	.8
Participação no lucro dos Diretores..	.1	.2	.1	.3	.1	.2	.1	.3	.2	.2	.3	.3	.2	.2	.1	.1
Reservas e outros.....	1.2	1.0	1.7	1.7	1.4	1.5	2.4	2.4	1.2	1.4	2.2	2.3	1.8	2.0	1.6	2.2
Total.....	2.1	2.6	2.7	3.6	2.4	3.4	3.7	4.5	3.0	3.6	4.4	4.7	3.8	3.3	3.6	3.7
Média Semestral de Rendimentos..	2.4		3.2		2.9		4.1		3.3		4.6		3.5		3.7	
Média Anual de Rendimentos.....	4.9		6.5		5.9		8.4		6.7		9.4		7.1		7.5	

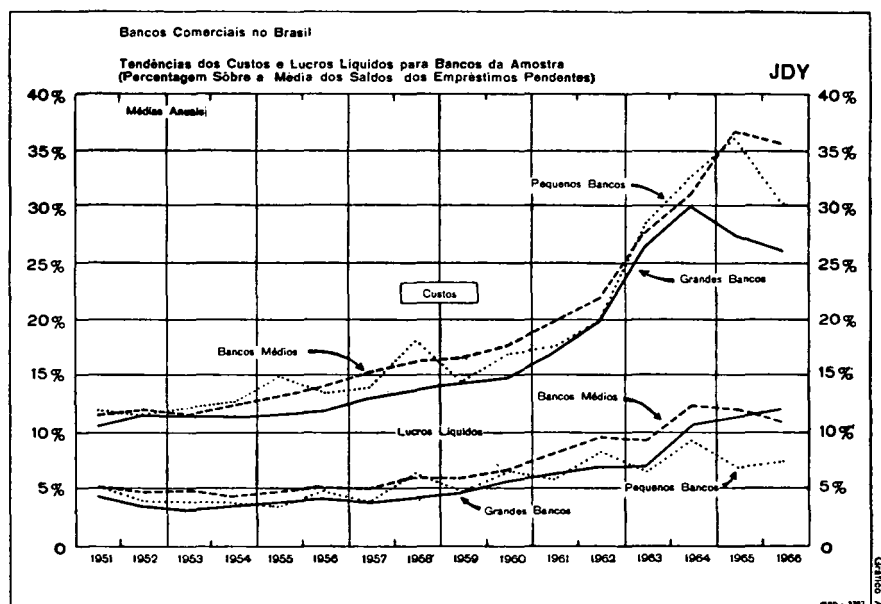
1 Baseado numa amostra consistente de balanços e contas de lucros e perdas semestrais de 21 bancos, sendo 7 grandes, 7 médios e 7 pequenos.

2 Os empréstimos incluem: empréstimos em contas correntes, hipotecas e títulos descontados. As quantias pendentes são a média dos débitos pendentes em cada período.

em geral, não tem havido nenhuma evidência significativa de uma redução na capacidade de os bancos continuarem a ter substanciais margens de lucros em 1965 e 1966.

IV. SUMÁRIO DOS RESULTADOS

A relação global entre os custos totais e os lucros líquidos é apresentada no Gráfico A, o qual destaca claramente a semelhança em comportamento observada entre as experiências de custo dos três grupos da amostra até 1964. O mesmo acontece com as curvas que representam os lucros líquidos.



A análise mostra claramente que o setor bancário na economia brasileira foi bem sucedido durante os dezesseis anos do estudo. Ele certamente não sofreu com a inflação, uma vez que, bem ao contrário, os anos de mais forte inflação no Brasil (1961-64) foram também o período durante o qual os bancos aumentaram mais rapidamente a relação entre os lucros líquidos e os empréstimos a vencer. Isso foi conseguido apesar de uma grande aceleração nos custos bancários, que resultaram principalmente de grandes aumentos nas despesas de pessoal e abertura de novas

agências. A fim de que esses dois aumentos pudessem ocorrer simultaneamente, a receita bruta dos bancos teve que expandir consideravelmente. Isso foi possível aumentando-se substancialmente o custo total de tomar empréstimos no sistema bancário, através do aumento das comissões e emolumentos acrescidos às taxas nominais de juros (*i.e.* aumentando-se as taxas de juro efetivas). Esse aumento foi especialmente rápido durante 1961-64, mas é interessante notar que o nível da taxa não foi significativamente reduzido quando as políticas de estabilização mudaram o ritmo da inflação após 1964.

Nos dois últimos anos do estudo parece haver uma relação inversa entre os aumentos nos custos e os aumentos nos lucros. Assim, os bancos grandes reduziram seus custos relativo em 1965 e 1966, e conseguiram produzir maiores lucros em ambos os anos. Os dois outros grupos continuaram a ter os custos mais altos em 1965, e tiveram um declínio simultâneo em seus lucros. Os bancos pequenos reduziram substancialmente seus custos em 1966 e tiveram os lucros aumentados. Os bancos de tamanho médio tiveram os seus custos ligeiramente reduzidos e continuaram com tendência a lucros decrescentes. As reduções nos custos bancários após 1964, porisso, não foram sempre transmitidas de uma maneira que causasse uma redução correspondente nas taxas de juro efetivas, tendo sido parcialmente compensadas pelos lucros mais elevados.

Um problema que surge nos países que sofrem de inflação, quando os ativos e passivos financeiros são expostos à erosão, é que os lucros líquidos são afetados pela necessidade de transferir para reservas o suficiente para manter o valor do capital do banco. Enquanto várias empresas em outros setores podem conseguir proteção pelo aumento de seus ativos reais em relação aos financeiros, os bancos, possivelmente, acham difícil proteger-se dessa maneira. Tipicamente, os bancos têm um maior volume de ativos financeiros do que obrigações a vencer. A erosão do capital é relativamente muito mais importante no lado dos ativos e, em consequência, o capital próprio também pode sofrer. Então, da receita líquida de cada ano, o banco deve transferir para seu capital próprio uma quantia igual ao decréscimo em valores reais sofrido pelo capital próprio antes de os lucros líquidos serem medidos¹².

No Brasil a inflação não parece ter erodido o capital próprio dos bancos comerciais. Durante 1951-1966, os bancos abrangidos pela amostra

¹² O Professor TAMAGNA chamou a atenção para o fato que na Europa, após a Primeira Guerra Mundial, houve vários casos de bancos que não levaram em conta esse problema e, desse modo, se descapitalizaram através da distribuição de lucros fictícios.

aumentaram suas reservas mais do que aumentou o nível dos preços por atacado em cada cinco anos. Além disso, os lucros líquidos aumentaram bastante para manter os dividendos e aumentar as gratificações aos funcionários em relação aos empréstimos a vencer.

	Aumentos no índice de preços por atacado (excluindo café)	Aumentos no ativo líquido dos bancos da amostra
1951-56	136%	162%
1956-61	245	269
1961-66	931	1.419

As tendências nas taxas de juro efetivas — expressas em termos monetários — podem ser obtidas diretamente dos dados de renda na amostra estudada. Entretanto, não foi possível usar todos os bancos na amostra para tais fins, de vez que alguns bancos não publicam as diversas fontes de renda com detalhe suficiente. Dêse modo, a amostra teve que ser reduzida a onze bancos, que apresentaram os juros e as comissões como itens separados em suas contas de lucros e perdas. Relacionando essa renda aos saldos médios de empréstimos a vencer em cada semestre, foi possível chegar-se a uma estimativa da estrutura da taxa de juros dos bancos. Os resultados são apresentados no Gráfico B e Tabela V.

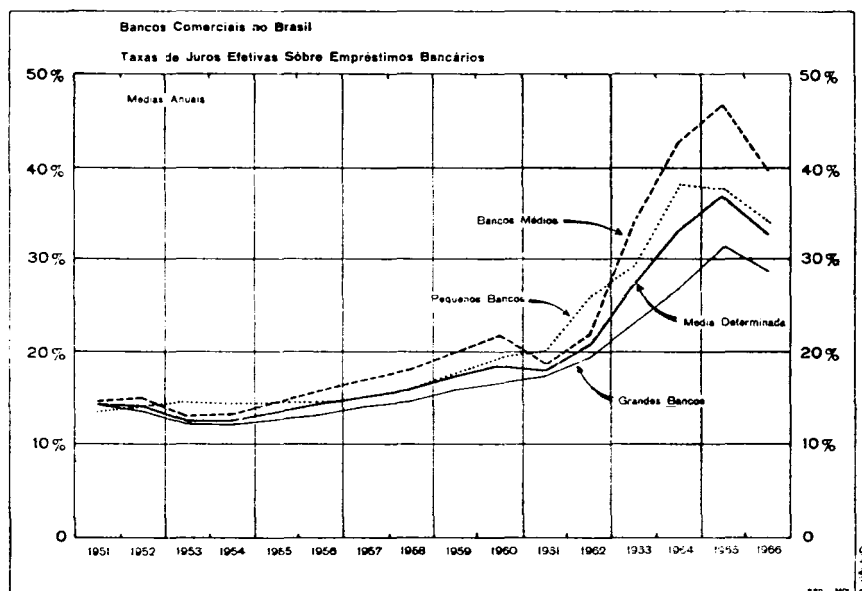


TABELA 5 — Brasil — Taxas de Juros¹ dos Empréstimos concedidos por Bancos comerciais²
Comparações Semestrais — 1951-1966

	1951		1952		1953 ¹		1954		1955		1956		1957		1958	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
A. <i>Grandes Bancos</i>	6.6	7.1	6.2	6.9	6.1	6.0	5.8	6.3	6.0	6.6	6.3	6.7	6.4	7.1	6.7	7.4
Média Semestral ³	6.8		6.6		6.1		6.1		6.3		6.5		6.8		7.1	
Média Anual ⁴	14.1		13.6		12.6		12.6		13.0		13.4		14.1		14.7	
B. <i>Médios Bancos</i>	7.2	7.0	7.2	7.4	6.2	6.6	6.3	6.7	6.9	7.3	7.5	7.9	8.2	8.3	8.6	8.8
Média Semestral.....	7.1		7.3		6.4		6.5		7.1		7.7		8.3		8.7	
Média Anual.....	11.7		15.1		13.2		13.1		11.7		16.0		17.3		18.2	
C. <i>Pequenos Bancos</i>	6.3	6.7	6.9	6.6	6.8	7.1	6.9	7.1	6.7	7.1	7.1	7.1	7.1	7.4	7.6	7.8
Média Semestral.....	6.5		6.8		7.1		7.0		7.1		7.1		7.3		7.7	
Média Anual.....	13.4		14.1		11.7		11.5		11.7		11.7		15.1		16.0	
D. <i>Média Total Determinada</i> ⁵	6.8	7.0	6.6	7.0	6.2	6.3	6.1	6.5	6.1	6.9	6.8	7.1	7.1	7.5	7.4	7.9
Média Semestral.....	6.9		6.8		6.3		6.3		6.7		7.0		7.3		7.7	
Média Anual.....	11.3		11.1		13.0		13.0		13.8		14.5		15.1		16.0	

¹ Juros e comissões como percentagem dos saldos médios dos empréstimos pendentes.² Baseado numa amostra consistente de 11 bancos.³ Percentagem para meio ano.⁴ Percentagem por ano.⁵ Deu-se a cada um dos três estratos da amostra um índice de ponderação que visou medir a importância em cada estrato relativamente no total dos bancos comerciais brasileiros.

	1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
A. <i>Grandes Bancos</i>	7.4	8.0	7.7	8.2	8.0	8.8	8.8	9.8	10.1	12.0	12.0	13.4	14.4	14.8	13.4	13.5
Média Semestral ³	7.7		8.0		8.4		9.3		11.1		12.7		14.6		13.5	
Média Anual ⁴	16.0		16.6		17.5		19.5		23.4		27.0		31.3		28.8	
B. <i>Médios Bancos</i>	9.1	10.3	10.2	10.6	8.5	9.4	10.0	10.8	14.6	17.0	18.5	20.3	20.3	21.9	17.7	18.4
Média Semestral.....	9.7		10.4		9.0		10.4		15.8		19.4		21.1		18.1	
Média Anual.....	20.3		21.9		18.8		21.9		34.1		42.6		46.7		39.5	
C. <i>Pequenos Bancos</i>	8.0	9.0	9.0	9.5	9.1	10.2	11.6	12.7	12.2	15.2	16.5	18.5	16.7	17.8	15.5	15.8
Média Semestral.....	8.5		9.3		9.7		12.2		13.7		17.5		17.3		15.7	
Média Anual.....	17.7		19.5		20.3		25.9		29.3		38.1		37.6		33.9	
D. <i>Média Total Determinada</i> ⁵	8.0	8.0	8.6	9.1	8.3	9.1	9.5	10.4	11.8	14.0	14.6	16.2	16.5	17.4	15.0	15.3
Média Semestral.....	8.4		8.9		8.7		10.0		12.9		15.4		17.0		15.2	
Média Anual.....	17.5		18.6		18.2		21.0		27.5		33.2		36.9		32.7	

¹ Juros e comissões como percentagem dos saldos médios dos empréstimos pendentes.

² Baseado numa amostra consistente de 11 bancos.

³ Percentagem para meio ano.

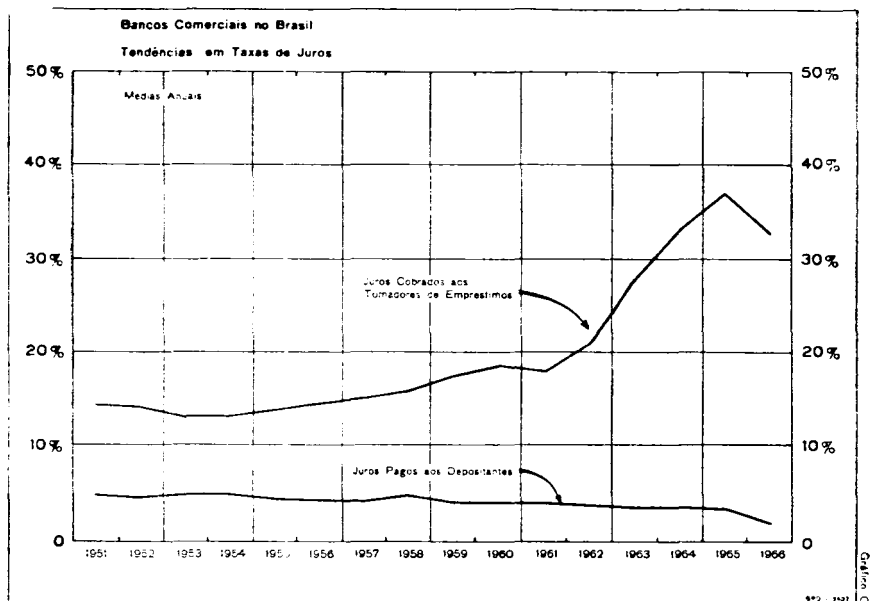
⁴ Percentagem por ano.

⁵ Deu-se a cada um dos três estratos da amostra um índice de ponderação que visou medir a importância em cada estrato relativamente no total dos bancos comerciais brasileiros.

É claramente evidente que a estrutura da taxa de juro efetiva sofreu grandes modificações nesse período. De 1951 a 1955 a taxa não só foi relativamente estável, mas também parece não ter estado longe do máximo legal de 12 por cento. Daí por diante, entretanto, a taxa cobrada aos tomadores de fundos bancários aumentou a um ritmo firme até 1960, a partir do qual ela subiu forte e continuamente até 1965. Ocorreu uma queda em 1966, o que marca a primeira vez em dezesseis anos que os três grupos da amostra apresentaram quedas simultâneas no nível de taxa. O efeito desses acontecimentos nos níveis da taxa de juros é visto pelo fato de que, desde 1963, as taxas de juro efetivas dos empréstimos bancários mais do que dobraram em relação ao nível que prevaleceu durante o período inicial do estudo.

Será que isso aconteceu como um resultado do aumento no custo do dinheiro para os bancos, através de um padrão similar dos níveis da taxa de juros sobre os depósitos bancários? A resposta é definitivamente *não*, como a Tabela VI mostra de maneira incisiva. Como já vimos, as taxas efetivas pagas sobre os depósitos durante todos os anos do estudo foram, em média, notavelmente estáveis. Ao invés de aumentar com as taxas cobradas dos tomadores de fundos bancários, houve na verdade uma ligeira redução nas taxas nos últimos anos. Em parte, isso é o resultado do deslocamento dos depósitos a prazo, como se observou durante esse período e, em parte, pode refletir as recentes regulamentações do Banco Central que limitam o pagamento de taxas de juros sobre os saldos dos depósitos, um movimento que não foi objetado pelos bancos. Na verdade, aparentemente os bancos haviam concordado em não concorrer em termos de taxas de juro.

O aumento crescente da diferença entre taxas cobradas aos usuários dos fundos bancários e taxas de juros pagas aos supridores de fundos está representado no Gráfico C. Esta diferença se acentuou muito desde 1961 e é, portanto, indicativa da maior quantidade de recursos absorvida pelo sistema bancário nesse último período. Ao que parece, a inflação é responsável por grande parte das causas que estão por trás daquele fenômeno, uma vez que o aumento da diferença foi mais notável nos anos em que os valores monetários deterioraram mais rapidamente.



Em princípio, naturalmente, alguns aumentos de custo podem ser explicados e talvez justificados pelos benefícios crescentes advindos de serviços prestados por um sistema bancário em expansão. É difícil, em qualquer caso, quantificar êstes ganhos líquidos de uma economia, mas é duvidoso que essa explicação seja válida no caso do Brasil. Não há indicação de que o aumento de custos tenha sido resultado de serviços que acompanham atividades de investimento. Mesmo porque muito pouco da expansão das unidades bancárias teve lugar nas áreas rurais, onde um aumento nos custos bancários seria de se esperar e até justificável. Na verdade, a maioria das novas sucursais duplica funções já existentes nas áreas urbanas.

O aumento da taxa de juros dos empréstimos foi possível graças à inflação continuada, durante a qual o aumento dos preços compensou o custo efetivo do dinheiro tomado emprestado. A razão pela qual o sistema bancário tem podido ter lucros substanciais é que, em termos reais, os ganhos líquidos dos bancos têm resultado da diferença entre duas taxas de juros negativas, isto é, a que é cobrada dos tomadores de empréstimos e a que é paga aos depositantes, tendo a última magnitudes negativas maiores que a primeira.

De certo modo, isto pode ser chamado de um *impôsto de inflação* — embora, no caso, os bancos recolham o impôsto em lugar do Governo.

O *impôsto* cai sôbre os depositantes, desde que suas perdas, ao conservar os depósitos, devem prover tanto os ganhos dos tomadores de empréstimo quanto os ganhos do próprio sistema bancário. Os resultados de uma tentativa de quantificar essas diferenças e chegar a uma medida significativa da estrutura da taxa de juro real dos bancos comerciais do Brasil é apresentada na Tabela VII. As taxas médias de juros sôbre empréstimos e depósitos achadas na amostragem foram deflacionadas por dois conjuntos diferentes de índices de preços. O primeiro se refere a mudanças nos preços por atacado e o outro a mudanças no custo de vida. As duas séries de índices não se movem em unísono através dêste período — na verdade, aparecem grandes diferenças entre elas em certos anos. Isto é indicativo do fato de o custo de vida referir-se apenas à área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, enquanto o índice de preços por atacado cobria mercados num nível nacional mais amplo. Também, os preços mudam de forma bem diferente sob a inflação, para as várias categorias ou grupos de produtos e serviços, e o índice do custo de vida, por exemplo, mostraria mudanças em subsídios e taxaço direta ¹³.

Taxas de juros reais, embora variando de acôrdo com a medida deflacionária que está sendo usada, ainda parecem ter sido *de modo geral* negativas durante o período. Comparações adequadas deveriam, naturalmente, apresentar uma série temporal separada em intervalos mais curtos para relacionar-se mais de perto à extensão do empréstimo médio, mas isto não foi possível. Entretanto, a Tabela VII mostra tendências interessantes na estrutura das taxas de juro real. Nos primeiros cinco anos — 1952-56 — taxas de juro real sôbre empréstimos bancários variavam de baixos níveis positivos a magnitudes negativas de até — 10 por cento. O programa de estabilização de 1957 ràpidamente levantou as taxas reais de empréstimos para valôres positivos, sendo entretanto acompanhadas por taxas grandemente negativas nos próximos anos, quando as medidas estabilizadoras foram em grande parte abandonadas. Em 1960 houve outro afastamento das taxas muito negativas, mas o período 1961-64 experimentou uma taxa de juros negativa extremamente alta. O Gráfico D mostra a tendência das taxas de juro real, como apresentadas na Tabela VII, quando o índice de preços por atacado é usado como deflator.

¹³ De modo semelhante, a taxa de juro real efetiva também irá variar de acôrdo com os vários tipos de tomadores de empréstimos — bem como de depositantes. Por exemplo, tomadores de empréstimos que têm grandes aumentos nos preços de seus produtos durante o tempo do empréstimo — tendo os outros fatôres permanecido iguais — podem ser considerados como tendo pago uma taxa de juro real menor — ou taxa negativa maior — que os tomadores de empréstimos cujos preços dos produtos variaram muito pouco no mesmo espaço de tempo.

TABELA 6 — Brasil — Taxas de juros sobre depósitos¹ em Bancos Comerciais²
(Taxas efetivas sobre balanço médio para depósitos totais em cada período)
 Comparações Semestrais — 1951-1966

	1951		1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
A. <i>Grandes Bancos</i>	2.1	2.3	2.0	2.3	2.3	2.1	2.2	2.4	2.1	2.0	1.9	2.0	1.9	1.8	1.9	2.0
Média Semestral ³	2.2		2.2		2.2		2.3		2.1		2.0		1.9		2.0	
Média Anual ⁴	4.4		4.4		4.4		4.7		4.2		4.0		3.8		4.0	
B. <i>Médios Bancos</i>	2.3	2.2	2.2	2.2	2.1	2.1	2.4	2.6	2.1	2.3	2.2	2.3	2.2	2.4	2.7	2.7
Média Semestral.....	2.3		2.2		2.1		2.5		2.2		2.3		2.3		2.7	
Média Anual.....	4.7		4.4		4.2		5.1		4.4		4.7		4.7		5.5	
C. <i>Pequenos Bancos</i>	3.0	2.7	2.7	2.6	2.6	2.7	2.7	2.8	2.6	2.7	2.7	2.5	2.7	2.4	2.5	3.4
Média Semestral.....	2.9		2.7		2.7		2.8		2.7		2.6		2.6		3.0	
Média Anual.....	5.9		5.5		5.5		5.7		5.5		5.3		5.3		6.1	
D. <i>Média Total Determinada</i> ⁵	2.3	2.3	2.1	2.3	2.3	2.2	2.3	2.5	2.2	2.2	2.1	2.1	2.1	2.0	2.2	2.4
Média Semestral.....	2.3		2.2		2.3		2.4		2.2		2.1		2.1		2.3	
Média Anual.....	4.7		4.4		4.7		4.9		4.4		4.2		4.2		4.7	

¹ Balanços médios de depósitos totais (a vista e a prazo) em cada período.

² Baseado numa amostra consistente de 21 bancos (7 grandes, 7 pequenos e 7 médios).

³ Percentagem para meio ano.

⁴ Percentagem por ano.

⁵ Deu-se a cada um dos três estratos da amostra um índice de ponderação que visou medir a importância de cada estrato relativamente no total dos bancos comerciais brasileiros.

	1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
A. <i>Grandes Bancos</i>	1.9	1.8	1.8	1.7	1.9	1.8	1.7	1.6	1.6	1.5	1.6	1.6	1.4	1.4	.9	.8
Média Semestral ³	1.9		1.8		1.9		1.7		1.6		1.6		1.4		.9	
Média Anual ⁴	3.8		3.6		3.8		3.8		3.2		3.2		2.8		1.8	
B. <i>Médios Bancos</i>	2.1	2.2	2.1	2.0	2.1	2.2	2.1	2.2	2.1	1.8	2.0	2.1	2.1	1.9	1.1	1.1
Média Semestral.....	2.2		2.1		2.2		2.2		2.0		2.1		2.0		1.1	
Média Anual.....	4.4		4.2		4.4		4.4		4.0		4.2		4.0		2.2	
C. <i>Pequenos Bancos</i>	2.2	2.3	2.5	2.5	2.4	2.4	2.3	2.2	2.4	2.3	2.3	2.5	2.0	1.9	1.4	1.2
Média Semestral.....	2.3		2.5		2.4		2.3		2.4		2.4		2.0		1.3	
Média Anual.....	4.7		5.1		4.9		4.7		4.9		4.9		4.0		2.6	
D. <i>Média Total Determinada</i>	2.0	2.0	2.0	1.9	2.0	2.0	1.9	1.8	1.8	1.7	1.8	1.8	1.7	1.6	1.0	.9
Média Semestral ⁵	2.0		2.0		2.0		1.9		1.8		1.8		1.7		1.0	
Média Anual.....	4.0		4.0		4.0		3.8		3.6		3.6		3.4		2.0	

1 Balanços médios de depósitos totais (a vista e a prazo) em cada período.

2 Baseado numa amostra consistente de 21 bancos (7 grandes, 7 pequenos e 7 médios).

3 Percentagem para meio ano.

4 Percentagem por ano.

5 Deu-se a cada um dos três estratos da amostra um índice de ponderação que visou medir a importância de cada estrato relativamente no total dos bancos comerciais brasileiros.

TABELA 7 — Taxas de Juros Real Efetivas sobre as Operações dos Bancos Comerciais no Brasil — 1952-66.

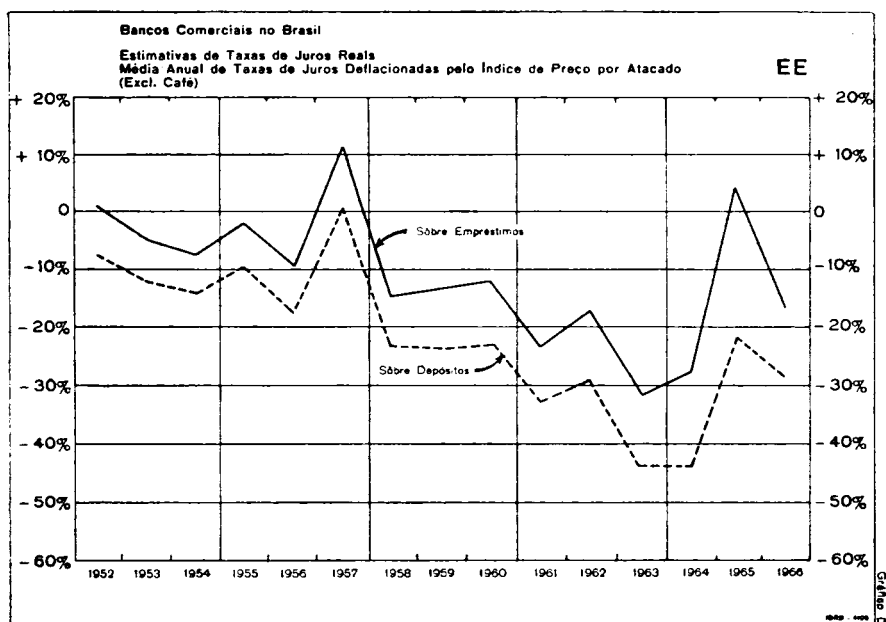
	MÉDIA EFETIVA DOS JUROS NOMINAIS		Alterações dos índices de preços por atacado (Excl. café) no período	Alterações dos índices do custo de vida (Guanabara) no período	TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (Excl. café)		TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA	
	Em empréstimos bancários	Em depósitos			Sobre Empréstimos	Sobre Depósitos	Sobre Empréstimos	Sobre Depósitos
1952.....	14.1	4.4	13.1	20.8	+ 0.9	— 7.7	— 5.5	— 13.6
1953.....	13.0	4.7	18.9	16.1	— 5.0	— 11.9	— 2.7	— 9.8
1954.....	13.0	4.9	22.1	25.9	— 7.5	— 11.1	— 10.2	— 16.7
1955.....	13.8	4.1	15.9	19.1	— 1.8	— 0.9	— 4.5	— 12.3
1956.....	14.5	4.2	26.3	22.2	— 9.3	— 17.5	— 6.3	— 14.7
1957.....	15.1	4.2	3.5	13.1	+ 11.1	+ 0.7	+ 1.8	— 7.9
1958.....	16.0	4.7	35.9	17.1	— 11.6	— 23.0	— 1.2	— 10.8
1959.....	17.5	4.0	35.6	51.7	— 13.3	— 23.3	— 22.5	— 31.4
1960.....	18.6	4.0	34.5	23.8	— 11.8	— 22.7	— 4.2	— 16.0
1961.....	18.2	4.0	53.3	43.3	— 22.9	— 32.2	— 17.5	— 27.4
1962.....	21.0	3.8	45.7	55.2	— 17.0	— 28.8	— 22.0	— 33.1
1963.....	27.5	3.6	83.1	80.6	— 30.1	— 43.1	— 29.4	— 42.6
1964.....	33.2	3.6	81.1	86.6	— 27.6	— 43.7	— 28.6	— 44.5
1965.....	36.9	3.1	31.4	45.1	+ 1.2	— 21.3	— 5.8	— 28.9
1966.....	32.7	2.0	41.4	41.1	— 6.2	— 27.9	— 6.0	— 27.7

FONTE: Análise de uma amostra dos Bancos Comerciais.

1. As taxas de juros relativos às amostras de 1951 não estão incluídas na tabela por não ter sido possível encontrar um índice de preço adequado ao período.
2. As taxas de juros real efetivas são derivadas da fórmula:

$$i_r = \frac{100 + i_o}{100 + d} - 1$$

Onde: i_r = taxa real
 i_o = taxa nominal
 d = aumento do índice no período
 (ie. Dec. — Dec. fig.)



Durante 1965, as medidas estabilizadoras do Governo tiveram um efeito marcante sobre as taxas bancárias. Os grandes valores negativos para taxas de empréstimos, de cerca de -30 por cento em 1964, foram no ano seguinte drasticamente reduzidas para entre -6 e $+4$ por cento. O efeito deste desenvolvimento sobre empresas individuais as quais, no passado, tinham confiado grandemente no sistema bancário para suprir grande parte de suas necessidades anuais de capital, deve ter sido muito severo. As taxas reais de empréstimos em 1966 parecem apenas ligeiramente diferentes das taxas médias de 1965. Quanto à taxa de depósito, entretanto, as grandes magnitudes negativas que existiam durante o período de 15 anos perduraram em 1965 e 1966. A maior diferença que se verificou entre as taxas de empréstimos e de depósitos nos anos mais recentes pode ser vista claramente em comparação com os primeiros anos da década de 1950. Taxas de empréstimo negativas de cerca de -5 até -10 por cento correspondiam, nos anos 1950 — a taxas de depósito negativas de cerca de -10 a -15 por cento, enquanto que em meados da década 1960 uma variação semelhante nas taxas de empréstimo existia ao lado de taxas de depósito altamente negativas de cerca de -25 por cento.

V. CONCLUSÕES

Entre as várias técnicas empregadas por um país para mobilizar recursos para seu crescimento econômico, a técnica financeira é de importância considerável no Brasil. Dentro do sistema financeiro, os bancos comerciais exerceram importante papel. Embora estes intermediários não tenham suprido capital de desenvolvimento diretamente, no sentido de empréstimos a longo prazo para investimentos fixos, é nêles que o comércio e a indústria têm confiado para suprir uma grande parte de suas necessidades de capital de giro. Modificações na sua capacidade de oferecer tais financiamentos têm tido, portanto, um impacto considerável sobre as decisões de investimentos das empresas industriais e comerciais.

A medida que a inflação aumentava no Brasil, o encargo efetivo do custo de crédito aos tomadores de empréstimos diminuía, e a remuneração real aos supridores de fundos decrescia. O sistema bancário sofreu mudanças estruturais como consequência dessas condições. Com a sua renda estipulada em termos monetários, os bancos, como emprestadores, poderiam sofrer uma diminuição de rendimentos reais sobre a receita de juros com o aumento da inflação. Entretanto, o teto máximo legal para a taxa de juros não os impedia de subir o preço do crédito, não só a fim de conservar sua renda real no mesmo nível, mas até o ponto de aumentar sensivelmente suas margens de lucro. Flexibilidade foi conseguida com o aumento das comissões e outras taxas de serviço cobradas sobre os empréstimos. Além disso, os bancos aumentaram suas operações de descontos, com prejuízo dos empréstimos de conta-corrente e hipotecários, evitando assim empréstimos em que as taxas de juros são declaradas explicitamente aos clientes. Isto deu aos bancos mais liberdade para acrescentar juros e comissões ao preço dos descontos. Tais ajustamentos foram fáceis de realizar enquanto o custo real do crédito era negativo. Então, a demanda por crédito era virtualmente ilimitada.

Ao mesmo tempo, depósitos a prazo tornaram-se fontes relativamente insignificantes de recursos, comparados com os depósitos a vista e, portanto, os pagamentos de juros por parte dos bancos diminuíram também. Entretanto, o volume total dos depósitos expandiu-se quase tão rápido quanto o PIB em valores correntes (Tabela II). A crescente monetização e a *reserva* de depósitos com juros inelásticos retida para fins de transações, proveram os bancos com um suprimento de fundos adequado. Além disso, o aumento substancial da reserva bancária compulsória foi em grande parte resolvido com a aquisição de títulos do Governo, rentáveis, que permitiram aos bancos anular parcialmente a diminuição de ganhos que adviria como consequência daquelas exigências.

Os bancos aumentaram seus lucros num período em que houve grandes aumentos nos custos de operação do sistema bancário. Tendo estes dois fenômenos ocorrido simultaneamente, tudo indica que este sistema era não-competitivo; que estes intermediários geralmente não competiam uns com os outros por depósitos oferecendo taxas de juros mais altas¹⁴. Em vez disso, várias outras formas de concorrência eram evidentes (por exemplo: mais filiais, depósitos recebidos na casa do cliente etc.). O que em troca aumentava os custos, que os bancos comerciais transferiam aos tomadores de empréstimos. Como consequência disso, o preço real dos empréstimos bancários mais que duplicou entre os meados dos anos 1950 e 1960. O juro médio nominal pago aos depositantes, por outro lado, permaneceu estável durante aquele período, verificando-se até um ligeiro declínio nos últimos anos.

A diferença dos juros pode, naquelas condições, ser usada como uma medida de eficiência do sistema bancário. Os bancos comerciais, na amostra estudada, mostraram que a diferença aumentou no período observado e mais ainda no período 1960-65, refletindo aumento nos custos bancários geralmente acima dos custos em outros setores da economia brasileira. Ao relacionar isto com a política econômica e os esforços de desenvolvimento, dois pontos principais surgem desta análise, que podem ter implicações importantes na política monetária e financeira.

1. À medida que, sob condições inflacionárias, intermediários financeiros importantes, como os bancos comerciais, mostram uma tendência no sentido de terem custos unitários mais elevados em suas operações (taxas de juros aumentadas, sem o fornecimento de serviços econômicos adicionais), diminui seu papel como mercado de capitais organizado. Quando isto acontece, os possuidores de fundos líquidos excedentes (os que pouparam) entrarão em contato com os empresários em busca de financiamento adicional a curto prazo fora do sistema de bancos comerciais. Isso já aconteceu no Brasil durante a década de 1960 e foi exemplificado pela importância do novo mercado de letras de câmbio como fonte de mobilização de fundos a curto-prazo (títulos comerciais descontados através de uma extensa rede de casas de descontos que vendem suas próprias letras ao público).

2. Com o propósito de realizar uma política de estabilização efetiva após um período inflacionário, é importante que o nível mais elevado

¹⁴ Soube por um economista brasileiro que havia alguma concorrência velada pelos depósitos e que alguns gerentes de bancos ofereciam dinheiro para atrair grandes depositantes. Estes custos adicionais eram transferidos para os empréstimos — mas não apareciam na contabilidade do banco. Deste modo, a concorrência não aparecia no sistema institucional.

de taxas de juro nominal tenha bastante flexibilidade para se ajustar para baixo, de acordo com as taxas decrescentes de inflação. Se isso não puder acontecer, surgirá um grande e súbito aumento da taxa de juros, em termos reais, desencorajando desta maneira tanto o investimento fixo quanto o financiamento das necessidades de capital de giro, trazendo como consequência uma depressão no nível da atividade econômica.

Isso talvez já tenha acontecido em 1965, e poderia ainda pôr em perigo o progresso econômico do Brasil, se as medidas estabilizadoras forem bem sucedidas em diminuir a taxa de inflação¹⁵. A flexibilidade necessária para evitar esses efeitos adversos sobre a economia brasileira pode ser difícil de conseguir, uma vez que o aumento dos níveis de juros foi acompanhado de uma elevada estrutura de custo no sistema bancário, já estudada neste trabalho. É pouco provável que esta estrutura de custos inflacionada, baseada em grande parte numa vasta expansão do uso de pessoal, possa ser rapidamente reduzida e assim ela age como uma possível barreira ao sucesso dos esforços de estabilização monetária.

As autoridades brasileiras estão agora conscientes deste dilema e já tomaram medidas destinadas a remediar algumas das causas do aumento de custos. Por exemplo, os bancos são coibidos pelo Banco Central quando se trata de abrir novas sucursais. Entretanto, outras medidas serão necessárias, particularmente no campo da legislação trabalhista e regulamentação do trabalho no setor bancário. Mudanças em várias direções serão necessárias a fim de retornar os bancos comerciais a uma posição onde eles possam novamente contribuir de modo eficiente como importantes intermediários no processo de desenvolvimento do Brasil.

Entretanto, resoluções recentes do Banco Central, com a finalidade de restringir o pagamento de juros a depositantes, têm efeito negativo no objetivo de permitir concorrência para reduzir os custos entre os bancos. Na verdade, aquelas medidas servem para perpetuar os altos custos no sistema bancário comercial.

Uma lição importante para outros países com inflação e, ao mesmo tempo, uma rápida expansão do sistema bancário, é perceber desde cedo a necessidade de uma ação pronta a fim de evitar aumento de custos. Enquanto um número considerável de unidades bancárias adicionais deveriam ser encorajadas a reconciliar a crescente monetização de uma economia em desenvolvimento ou a expandir a participação dos bancos em novos setores prioritários, tais como o agrícola, ao mesmo tempo deveriam ser tomadas medidas no sentido de impedir os aumentos na estru-

¹⁵ São, naturalmente, as mudanças grandes e súbitas que causam aqueles efeitos de curto prazo — ainda que taxas de juro real positivas não sejam por si mesmas prejudiciais ao crescimento econômico.

tura dos custos bancários não relacionados com os objetivos de desenvolvimento do país.

Em princípio, aquelas medidas poderiam ter a forma de controles administrativos, se fôr possível implementá-los eficientemente a fim de evitar o crescimento das unidades bancárias além do necessário para complementar e estimular o próprio processo de desenvolvimento. Alternativamente, poderiam ter a forma de medidas para assegurar que a diferença das taxas de empréstimos e depósitos não gerem, como consequência da inflação, altos lucros que em si estimulem uma expansão não econômica do sistema bancário. Uma possibilidade, neste caso, é o uso de técnicas de indexação, tanto para operações de empréstimos como para as de depósitos. De qualquer modo, concorrência na taxa de juros sobre depósitos deveria ser encorajada. Intervenções das autoridades monetárias para restringir pagamentos de juros a depositantes, sob aquelas condições, podem provocar tanto um desvio de fluxos financeiros para outros mercados de crédito (institucionalizados ou não) como o desenvolvimento de práticas bancárias que absorveriam uma quantidade excessiva de recursos. Tirando lições da experiência brasileira, outros países poderiam fazer com que seus bancos comerciais funcionassem e se desenvolvessem de maneira eficiente e assim preencher o papel importante que eles podem e devem ter em financiar o desenvolvimento econômico.

SUMMARY

The paper is based on findings obtained during a research mission sent by the Economic Department of the International Bank for Reconstruction and Development to Brazil in October/November 1966 and in January/February 1967 and on subsequent work undertaken on the Brazilian economy. It deals with certain developments in Brazil's financial markets over the period 1951/1966 and attempts to find out the reasons why the commercial banks have increased their activities so rapidly. It also examines the interest rate pattern both on the demand and supply sides of the financial markets involving commercial banks in order to identify the factors which have influenced those rates. It further states briefly some of the implications of the Brazilian financial monetary policies and seeks to evaluate the economic cost of financial intermediation.

The major conclusions are as follows:

1. Commercial banking costs have increased more rapidly than general costs in the Brazilian economy and have

perhaps adversely affected the role of banking system as financial intermediaries;

2. This cost structure may become a significant hindrance to the success of antiinflationary policy measures;
3. Total earnings of the banking system seem to have been quite stable during 1951-57. Subsequently however earnings as a percent of outstanding loans rose more or less steadily until 1964. In the last two years there have been larger variations in the earnings levels but there is little doubt that no significant evidence has been found which would make anyone anticipate a reduction in the Banks' abilities to continue to show substantial profit margins in 1965 and 1966.
4. As inflation increased the Banks raised lending commissions and other service charges, and at the same time increased their discounting operations at the expense of current account and mortgage loans, thus avoiding loans the interest rates of which would appear quite explicit to the customers. It followed that, the legal maximum ceiling on interest rates had not prevented the Banks from raising credit charges high enough so as to increase their profit margins significantly.
5. In order that an effective stabilization policy following an inflationary period may be carried through the higher level of nominal interest charges should have enough flexibility to adjust itself in line with the decreasing rates of inflation, lest both fixed investments as well as the financing of working capital should be discouraged and the level of economic activity depressed.

This might already have happened in 1965 and may further jeopardize economic progress in Brazil.

6. Brazilian authorities are now well aware of such a danger and have already taken measures to remedy some of the causes of the cost increases. Nevertheless further measures are still in need, particularly in the field of labor legislation and work regulation for the banking sector.
7. Some resolutions issued of late by the Central Bank have adversely affected a cost reduction competition and therefore tended to perpetuate high cost commercial banking.